

Economia O Estado “não quer” que a justiça administrativa funcione

“É impossível à classe média suportar o encargo das custas judiciais”

Tito Arantes Fontes Líder do Círculo de Advogados de Contencioso diz que nenhuma reforma na Justiça foi feita

Entrevista

Cristina Ferreira Texto
Rui Gaudêncio Fotografia

À frente do Círculo de Advogados de Contencioso, Tito Arantes Fontes iniciou a sua carreira na advocacia societária há 30 anos, primeiro na Sá Carneiro, Fontes e Associados, antes de transitar para o gabinete espanhol Uría Menéndez (que agora integra o de Proença de Carvalho), a cuja administração pertenceu até Dezembro de 2022. Em entrevista ao PÚBLICO, diz que os tribunais administrativos são uma falácia e que as custas judiciais, mais honorários de advogados, impedem a classe média de aceder à Justiça.

O ex-presidente do BES Ricardo Salgado é apoiado juridicamente por Francisco Proença de Carvalho da Uría Menéndez-Proença de Carvalho...

Interrompo-a já: não posso falar sobre esse processo.

Dedica-se à arbitragem, os tribunais onde se resolvem disputas que as partes querem ocultar. Criou-se em Portugal uma indústria clandestina de arbitragem...

... Extraordinário! Este país tem coisas extraordinárias! Há um sector que, eu diria, funciona bem em Portugal, onde intervêm advogados de um nível geral de excelência, o que é de louvar. À arbitragem só adere quem quer, privado ou público, a solução não é imposta por ninguém, resulta do exercício das vontades das partes. E se funciona bem, então qual é o problema?

Funciona com conflitos de

interesse...

Essa matéria é levada com muito rigor pela generalidade dos árbitros que eu conheço, sendo ponderada com cuidado e segundo as melhores práticas internacionais.

As decisões tomadas em contexto de arbitragem não são susceptíveis de escrutínio, em especial se têm impacto público. Concordo que, quando a arbitragem envolve uma entidade pública, então, deve haver um especial cuidado, de cumprir com a regra da transparência.

Que significado dá à palavra “transparência”?

A arbitragem que envolve entidades públicas tem diplomas legais que definem as suas normas. As sentenças devem ser públicas e divulgadas, as próprias sessões arbitrais devem ser acompanhadas por quem tutela as próprias entidades públicas em litígio. Se as normas não são suficientes, alterem-se. Cabe a quem? Ao governo, à Assembleia da República. O grande problema da advocacia portuguesa não está nas arbitragens, não vamos apontar para algo que funciona bem, mas para o que funciona mal.

Tal como?

O grande problema passa-se nos tribunais administrativos, a justiça onde os privados discutem com o Estado ou com instâncias públicas a validade ou a invalidade, o cumprimento ou o incumprimento dos contratos. Não é possível que em Portugal, tantos anos depois do 25 de Abril, nunca se tenha olhado para este tema, uma justiça que não anda, não decide. Uma vergonha. Tenho processos pendentes há mais de 20 anos, ainda sem julgamento de primeira instância. É uma falácia dizer-se que existe justiça administrativa



“**Quem é que consegue aceder à Justiça para ter apoio judicial? Os mais necessitados. Quem é que não consegue aceder à Justiça? A classe média**

em Portugal.

E não funciona porquê?

Porque o Estado não quer que funcione. Porquê? Porque o Estado olha para ela como maneira de resolver problemas: os privados desistem por cansaço, as testemunhas morrem. E se quem mete o processo contra o Estado não tem prova, quem ganha? O Estado. É assim que o Estado se sustenta, de uma máquina que ele próprio criou, dizendo à sociedade, empresas e particulares que existem estes tribunais que não funcionam. Pergunto? Se no geral os tribunais penais funcionam, os civis funcionam e os de trabalho também, porque não funcionam os administrativos? O Estado não quer. Há queixas, mas nenhuma chegou ao céu, e chegar ao céu é chegar ao poder político. **É esse o grande problema deixado por resolver pelo 25 de Abril?**

É um de dois, só que este não é mediático. O outro, mediático, é a

construção do novo Aeroporto de Lisboa, que dura há 50 anos, sem decisão. Está na hora de olhar para o tema do aeroporto e o Governo o resolver em definitivo. E está na hora de o Governo, o ministro da Justiça, pensar como é que o tema dos tribunais administrativos se resolve. Um Estado da UE não os pode ter na situação caótica em que estão. É uma vergonha nacional. E, já agora, o caos no Tribunal do Comércio de Lisboa é também inacreditável.

Para si, tudo o resto funciona bem na Justiça?

Não. Segundo tema que não funciona: o das custas judiciais, aquilo que o cidadão e as empresas pagam quando recorrem aos serviços dos tribunais estaduais. O valor das custas [preparos pagos ao tribunal e taxas de justiça] face à lei é exorbitante. Quem é que consegue aceder à Justiça para ter apoio judicial? Os mais necessitados. Quem é que não consegue aceder à Justiça? A classe



média. É impossível para alguém que viva do seu salário de classe média suportar o encargo das custas judiciais e as demais despesas dos processos.

Consegue quantificar o custo para o cidadão?

Por exemplo, as custas de um processo em torno dos 300 mil euros, para quem o perde com um recurso, ascendem a cerca de 10 mil euros, mais honorários dos advogados. O valor a pagar pode ultrapassar os 25 mil euros. As pessoas assustam-se e desistem de meter processos na Justiça, nem procuram advogados. Se o valor for de 500 mil ou de um milhão, as custas judiciais pulam para 20 mil ou para 50 mil, isto sem honorários de advogados, e as PME não aguentam.

E a Ordem dos Advogados não apresenta uma proposta para corrigir a situação?

O Círculo de Advogados de Contencioso, formado por mais de cem advogados [ligado a litígios



É assim que o Estado se sustenta, de uma máquina que ele próprio criou, dizendo à sociedade, empresas e particulares que existem estes tribunais que não funcionam

civis e societários], fez um estudo profundo sobre as custas judiciais que entregou ao governo, à AR, às autoridades judiciais. Já lá vão mais de seis anos, ninguém fez nada. Sabendo que a Justiça é um dos elementos em que se revela a soberania do Estado, é difícil perceber como é que essa soberania pode ser exercida impedindo a sociedade civil de aceder-lhe, de tão cara que é.

Encontra sinais de vontade por parte do Governo, de maioria absoluta, de corrigir as ineficiências que refere?

Eu gostava que o primeiro-ministro, António Costa, na área da Justiça, tivesse o mesmo gosto e a mesma pró-actividade que teve enquanto ministro da Justiça.

Ele foi um bom ministro da Justiça?

Foi. Mas, enquanto primeiro-ministro, na área da Justiça, não tem feito nada, nada. Não há uma única reforma que tenha sido feita. Porque? Perguntem-lhe. Ele sabe que o tema dos tribunais administrativos se arrasta há décadas.

Há a percepção de que a advocacia de defesa ligada aos grandes dossiers usa e abusa de recursos e de requerimentos que atrasam os processos. E depois os mesmos advogados vão à televisão dizer que a Justiça é lenta. Há qualquer coisa que não joga bem...

Tenho medo dos Estados policiais. Trata-se do exercício do direito de defesa. Se a lei define que os arguidos, nos casos de processos penais, têm direito a recorrer de determinadas matérias, porque então se critica o facto de o fazerem? Casos patológicos devem ser tratados como tal. E quem anda no mundo judiciário sabe quais são os casos patológicos e também sabe quais são os advogados que funcionam com essas patologias. Então, tratem-se desses.

Os advogados de Sócrates queixam-se muito da Justiça e os de Ricardo Salgado também...

São os mediáticos. Há centenas de milhares de processos de que não se fala e duvido de que nesses se encontre o tal terrorismo processual. Não podemos ter uma máquina judiciária que quer julgar processos e que quer que as pessoas julgadas não se defendam. Isto era típico da Idade Média, já não estamos na Idade Média. Nas arbitragens, por norma, há um prazo para os juízes se pronunciarem: 90 dias, 60 dias depois das alegações finais. O que for. É o que se exige aos senhores magistrados, que cumpram os prazos para darem as suas sentenças. E, para isso, não só precisam de meios, mas que a lei defina prazos obrigatórios.

Situação na Ucrânia

Numa guerra como esta, é fundamental atender às razões dos dois lados

Não consigo deixar de interpelar sobre a situação na Ucrânia, que já levou o Papa Francisco a falar na III Guerra Mundial.

A Europa sempre foi um território onde houve muitas guerras, a dos 30 anos, a dos 100 anos, a do Napoleão, a invasão do Império Otomano, a II Grande Guerra (GG). E durante muitos anos aprendeu com o que se passou na II GG e entrou num período de paz sem paralelo. Lançaram-se os primórdios do que viria a ser a União Europeia, desenvolveu-se o espírito europeu, construiu-se aquilo que, do ponto de vista político, tem sido uma paz duradoura. Há dois episódios de guerras relevantes que rebentaram no coração da Europa envolvendo a NATO: a da Bósnia [ex-Jugoslávia, 1992-1995], sem a escala desta, mas violentíssima e impressionante, como mostrou o filme [Na Terra de Sangue e Mel, 2011]; a do Kosovo [Rússia, Grécia, Albânia, 1996-1999]. Passadas duas décadas, surge este conflito, que nos chocou pela decisão de a Rússia invadir um país soberano, pela devastação do território e da sua população.

Como advogado treinado na arbitragem, na gestão de conflitos, pergunto: em que momento será possível a um Estado invadido sentar-se à mesa com o seu invasor?

Um dos traços fundamentais da profissão de advogado é ter capacidade de ouvir o lado de cá e de entender o racional da parte contrária. Foi o que fiz toda a minha vida em muitos litígios e processos. Numa guerra como esta, é fundamental atender às razões dos dois lados. E não o conseguindo, por razões emocionais ou por não se ter o distanciamento requerido, chamam-se terceiros países, potências regionais, entidades religiosas, que permitam estabelecer pontes, caminhar para um tratado de paz. O primeiro passo terá sempre de passar pelo cessar-fogo.

Putín só se mostra disponível se a Ucrânia aceitar ceder partes do seu território...

... e a Ucrânia diz que só aceita o cessar-fogo quando reconquistar a soberania da totalidade do seu território e quando Putin se sentar no banco dos réus. Ambos partem

de posições antagónicas. Percebo posições de princípio, entendo que a Ucrânia se sinta legitimamente como país invadido, o que condiciona tudo. Mas é necessário encontrar vias para estabelecer um *status quo* futuro. Os efeitos nefastos da guerra já se sentem nas economias ocidentais e em todo o mundo. Pode ser que as sanções à Rússia venham a surtir efeito.

A guerra trava-se em várias frentes, uma delas é a diplomática. E pela primeira vez são chamados a intervir todos os grandes protagonistas da geopolítica mundial, desde logo os EUA e a China, e ainda a Índia, a Turquia, o Irão.... É um quadro novo?

Sim. E pragmaticamente acho que o conflito só se vai resolver quando todos entenderem que se está a perder mais com a guerra do que se ganharia com a paz. Nesse momento, surgirá uma solução. Até lá, a guerra vai continuar.

Percebe-se que esta guerra é um episódio no processo de ajustamento para uma nova ordem mundial, cujo desfecho se dará no Oriente, onde os EUA lutam por manter a sua posição dominante, face à potência emergente, a China. Temos pela frente anos turbulentos?

Há sinais de que a guerra se prolongará, com as economias ocidentais a continuarem a sofrer, mas a grande disputa vai ser travada dentro de alguns anos no Índio-Pacífico, onde está de longe a maior concentração de população mundial. Na Europa vivemos numa bolha, achamos que somos o centro do mundo, mas esquecemo-nos de que no resto do mundo vivem mais de sete mil milhões, quase três mil milhões na China e na Índia. É nessa zona que se vão passar os grandes movimentos, com a China a ter um papel central. Ora, Taiwan, uma ilha grande e autónoma, com dezenas de milhões de habitantes, faz parte da barreira de países pró-ocidentais, e tem o efeito de bloquear o poder naval da China.

Por enquanto, com altos e baixos, a situação mantém-se estável, mas a verdade é que vivemos tempos instáveis, de incertezas. O tema começa a ser preocupante, e daqui a poucos anos vamos ter de nos preocupar com o que ali se passará, pelo seu grande impacto mundial.